

19ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

04.10.2023

PAOD

MOÇÃO

EM DEFESA DA ÁGUA PÚBLICA!

PELA AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ÁGUA

Considerando que:

- O Governo tomou a iniciativa de pôr em marcha um processo de agregação, desmantelamento e entrega da gestão em baixa dos sistemas de águas e saneamento de 6 municípios (Amadora, Arruda dos Vinhos, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira) à EPAL e à Águas do Tejo e Atlântico (AdTA).
- Neste caso em particular, a opção que está em causa, entrega a gestão da água em baixa à EPAL (uma empresa que é detida pelas Águas de Portugal) e o saneamento à Águas do Tejo e Atlântico (AdTA), que é detida pelo Estado e pelas Autarquias Locais.
- A ser concretizada esta opção, as Autarquias Locais em causa deixariam de ter intervenção directa num sector que é vital para a vida das populações, deixando de influenciar maioritariamente nas principais decisões económicas, ambientais, financeiras e tarifárias.
- Esta centralização de funções e de competências esconde o interesse do Estado em capturar a competência às autarquias locais, criando volume para robustecer o grupo Águas de Portugal à custa do património e capital dos municípios.

Considerando que:

- A gestão dos serviços de água e saneamento constituem uma das principais competências dos municípios, pelo que a sua alienação implica que o município abdica da sua capacidade de gestão directa dos sistemas, ficando dependente de outros, ao mesmo que tempo que se caminha na transformação da água num negócio e na criação de condições para uma ulterior privatização, como o caso da privatização da Empresa Geral de Fomento do sector dos resíduos tão bem demonstra, com consequências muito negativas para os municípios e para as suas populações.

- Deste processo, há um outro aspeto que é o do desmantelamento e segmentação da atividade que passa a dispor de três intervenientes em baixa – um em cada atividade, a saber:
- a gestão do abastecimento de água a cargo duma empresa,
 - a gestão do saneamento noutra, e
 - a gestão dos resíduos urbanos noutra entidade ainda.

Trata-se de uma opção errada não só do ponto de vista político como do ponto de vista da gestão.

As agregações de sistemas em baixa em sistemas com um elevado número de utilizadores, não trazem quaisquer economias de escalas significativas, pois as mesmas apenas se verificam a nível dos investimentos em alta. O que importa é criar condições para que cada município possa efetuar os investimentos necessários para melhorar a eficiência hídrica dos sistemas com enfoque na redução das perdas, através da reabilitação das redes (nomeadamente pela possibilidade de os municípios, isoladamente, concorrerem a fundos comunitários ou ao Banco Europeu de Investimentos para estes investimentos).

Este processo de agregação resultaria em:

- Perda de proximidade;
- Ausência de curva de experiência que dificulta opções de reversão;
- Extinção de escrutínio democrático do exercício de uma competência municipal e que faz parte integrante das suas competências próprias;
- Perda de instrumento de política local e de capacidade na área da operação e manutenção.

É ainda mais insustentável para os sistemas de abastecimento de águas e saneamento os valores da Taxa de Recursos Hídricos (TRH), assim como no tratamento de resíduos, o substancial e incomportável agravamento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) coloca em risco a sustentabilidade financeira dos municípios e dos respetivos sistemas. Mais afecta a própria capacidade financeira das famílias e das empresas, na medida em que tem vindo a obrigar a um significativo agravamento dos tarifários.

Assim, a Câmara Municipal de Odivelas, reunida na sua 19ª Reunião Ordinária de 4 de Outubro de 2023, delibera:

- Rejeitar o processo de agregação, desmantelamento e entrega da gestão da água em baixa à EPAL, afirmando a autonomia das autarquias locais e a gestão pública e democrática deste bem essencial à vida;
- Rejeitar o desmantelamento dos serviços com a entrega em baixa do saneamento das águas residuais na Águas do Tejo Atlântico;

- Exortar o Governo a criar condições para que cada município possa efectuar os investimentos necessários para melhorar a eficiência hídrica dos sistemas com enfoque na redução de perdas, permitindo que os municípios isoladamente possam recorrer a candidaturas a fundos comunitários, priorizando a componente de subsídio não reembolsável, sendo também assegurada a possibilidade dos municípios terem acesso a linhas de crédito com condições preferenciais e sem contar para o limite da dívida total, como já acontece com os projectos que são co-financiados;
- Exigir do governo o abaixamento do valor da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) e a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).

Odivelas, 4 de Outubro de 2023

O Vereador da CDU



Painho Ferreira